



**UNIFESSPA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

**GPEM**

Grupo de Pesquisa em Economia  
Política da Macroeconomia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E REGIONAL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
TEXTO DE DISCUSSÃO  
05/2018

Modernização e capitalismo dependente na urbanização da fronteira  
agromineral brasileira

Evaldo Gomes Jr \*

MARABÁ  
setembro/2018

---

\* Professor Assistente da UNIFESSPA, vinculado à FACE-IEDAR e doutorando em Economia pela Unicamp. E-mail: [evaldo.gomes@unifesspa.edu.br](mailto:evaldo.gomes@unifesspa.edu.br).



## **MODERNIZAÇÃO E CAPITALISMO DEPENDENTE NA URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGROMINERAL BRASILEIRA**

### **RESUMO**

Este artigo propõe discutir a forma reflexa da urbanização na fronteira agromineral brasileira. Reflexa quanto aos limites impostos a estas cidades pela base produtiva e pela divisão social do trabalho. Considera-se que no atual padrão de reprodução do capital latino-americano estas cidades acompanham a dinâmica da exportação de *commodities*. Parte-se da hipótese de que há diferenças substanciais entre cidades intermediárias das mais variadas regiões e países da América Latina. Porém, a centralidade que estas cidades adquirem está vinculada à formação socioespacial dependente. Tal assertiva permite superar alguns relativismos e alcançar algumas generalizações. Ao longo do artigo discute-se a divisão do trabalho no espaço nacional e o padrão de reprodução do capital; e analisa-se as cidades intermediárias na rede urbana da fronteira agromineral, refletindo sobre a relação dialética entre centralidade regional e urbanização reflexa.

**Palavras-chave:** capitalismo dependente, cidades intermediárias, urbanização reflexa, fronteira agromineral.

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo, analisam-se as consequências espaciais das formas de reprodução da economia capitalista na América Latina, considerando o atual padrão de reprodução do capital. Empregamos o conceito de padrão de reprodução do capital como as condições concretas de reprodução do capital em determinado espaço de produção e circulação do capital. A partir disso, buscamos entender a centralidade que algumas cidades intermediárias assumem em determinadas redes urbanas. Trataremos especificamente das cidades intermediárias na atual fronteira agromineral brasileira justamente por sua importância no atual padrão de reprodução do capital latino-americano e, em consequência disso, haver muitos estudos sobre suas características, suas funções, suas morfologias urbanas etc.

A nosso ver, há um enorme risco em relativizar as análises sobre as cidades de um modo geral. Nossa pretensão não é conceitua-las, mas observar seu crescimento a partir de novas formas de reprodução capitalistas periféricas. Por isso, nossa preocupação está diretamente associada às novas formas de produção e consumo que elas expressam nas áreas de expansão da fronteira agrícola e mineral, o que é muito influenciado pelo modo de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, ou seja, como exportadora de *commodities*.



No atual padrão de reprodução do capital dos países da América latina, exportador de especialização produtiva, vemos que a dinâmica espacial volta-se para as plataformas exportadoras de commodities. No caso do Brasil, estas cidades intermediárias conseguem comandar várias redes urbanas no interior do país, substituindo uma dinâmica em que as metrópoles tinham relação direta com os espaços mais dinâmicos de acumulação de capital. Por isso, este estudo pretende entender especificamente estes espaços de acumulação.

Porém, dadas as considerações de ordem teórica e metodológica desenvolvidas neste artigo, vamos tentar generalizar os aportes aqui levantados, justamente para entendermos as características que ganham as cidades intermediárias na América Latina na atualidade. Isso deve ser levado em consideração por haver especificidades nacionais consideráveis entre as redes urbanas dos diferentes países e, por suposto, entre seus espaços internos, as regiões, que distinguem as cidades intermediárias quanto a suas centralidades e funções nestas redes urbanas.

Nossa hipótese é que há diferenças substanciais entre cidades intermediárias das mais variadas regiões e países da América Latina. Uma cidade intermediária do interior de área metropolitana concentrada e economicamente dinâmica, por exemplo, é distinta das cidades que adquiriram centralidade a partir do avanço da fronteira agromineral, ou seja, que são fruto de outra dinâmica. Porém, a forma atual de avanço da fronteira agromineral, com um conteúdo urbano dinâmico, atesta as condições gerais da urbanização latino-americana, que são moldadas sob o contexto de subdesenvolvimento e dependência. Dadas as mudanças produtivas verificadas nas três últimas décadas, as cidades intermediárias da fronteira agromineral têm exercido um papel cada vez mais relevante, mas apresentam limites quanto ao exercício da centralidade urbana.

Nesse sentido, a divisão do trabalho, nos termos de nossa formação socioespacial, dinamiza as regiões, sua produção e suas cidades nos termos da reprodução do capitalismo dependente nacional. Portanto, as cidades intermediárias da fronteira agromineral só adquirem centralidade de maneira “reflexa”, ou seja, dentro de uma condição de dependência vinculada às hierarquias urbanas nas várias escalas de reprodução do capital, inclusive a nacional.

O objetivo geral do trabalho é analisar, por meio das condições gerais de reprodução da economia dependente, os limites do papel que exerce as cidades intermediárias na dinâmica socioeconômica da fronteira agromineral. No entanto, sem



uma discussão acerca da manifestação do urbano na América Latina, este objetivo não poderia ser alcançado.

Para entendermos o papel que essas cidades intermediárias da fronteira agromineral brasileira exercem na dinâmica produtiva dependente, partimos das discussões feitas nos termos do acúmulo da Teoria Marxista da Dependência sobre os processos sociais na América Latina. Além disso, utilizamos, para fins elucidativos, algumas informações secundárias de produção voltada à exportação e sua expansão na fronteira por meio de pesquisas da base de dados do comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Mostramos a relação dialética entre as cidades intermediárias da fronteira agromineral e a modernização agrícola, sem superar, entretanto, a condição subordinada desta estrutura produtiva na sua relação com o capitalismo globalizado.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais duas seções. A primeira seção trata dos aspectos teóricos que permeiam a divisão do trabalho no espaço nacional, nos marcos de sua formação socioespacial, e o padrão de reprodução do capital, com ênfase ao padrão atual. Na segunda seção analisaremos as cidades intermediárias que ampliaram suas centralidades no atual padrão de reprodução do capital e os limites desta urbanização reflexa. Ao final apresentaremos algumas considerações finais.

## 1. A DIVISÃO DO TRABALHO NO ESPAÇO NACIONAL E O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Todo estudo acadêmico deve partir do concreto. A teoria e o método só são desenvolvidos a partir disso. A disposição apriorística de qualquer elemento teórico inviabiliza o alcance dos movimentos de totalidade e as especificidades do objeto de estudo. No caso da totalidade, nos termos do materialismo histórico, não deve ser entendida somente como a soma das partes. A complexa realidade social que as ciências sociais buscam explicar tem um sentido histórico, uma unidade. Nos termos de Osório (2014a, p. 17):

La totalidad constituye una “universalidad diferenciada”, con particulares en donde lo universal se efectiviza como diferencia y da paso “a la novedad efectiva de lo destino”. De esta forma la totalidad no homogeniza (es “no totalitaria”) y nos reclama por el contrario das cuenta de lo particular.

En nuestro tiempo la actividad unificante de la vida social, la que le otorga sentido, es la que despliega el capital. La lógica del valor que



busca valorizarse (o más simples, de un dinero que busca incrementarse) desata un proceso que termina arrastrando y atrapando la vida social en su vorágine y tiñe el conjunto de las relaciones en nuestra sociedad. A ello alude Marx cuando afirma que “el capital es la potencia económica [de la sociedad burguesa] que lo domina todo.

No caso das especificidades do objeto de estudo, é evidente que nos estudos atuais das ciências sociais, há um esquecimento em torno das condições gerais de produção e reprodução da sociedade capitalista. Nos estudos espaciais, torna-se emblemático os esquemas analíticos de base localista, onde prevalecem caracterizações estéreis (instituições locais, capital social, capital endógeno, desenvolvimento local) das condições específicas dos objetos estudados (Brandão, 2007).

Por isso reafirmamos Osório (2014a), a atividade unificante da sociedade capitalista é o capital. O capital é base de todas as relações sociais. Não que isso as torne homogêneas. Mas é a partir das relações estabelecidas pelo capital que devemos constituir nossos estudos sobre a sociedade capitalista.

Corrêa (2007) já apresentou algumas inquietações que esta primeira parte do artigo busca avançar para tratar as cidades intermediárias<sup>1</sup>. No labirinto de questões em torno das “cidades médias”, o autor propõe algumas “combinações” que permitiriam o adensamento dos estudos sobre o assunto, tal como afirmar que “sua particularidade reside no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano, por meio da qual pode-se conceitualizar a pequena, média e a grande cidade, assim como a metrópole” (CORRÊA, 2007, p. 23).

Parece estranho, mas ao longo de seu texto, Corrêa (2007) retoma esses elementos justamente para nos convencer de que eles não são suficientes para estabelecer critérios de conceitualização de tipos de cidades. Além disso, o autor acrescenta outros elementos para construção de um quadro teórico para as “cidades médias”: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais. E, novamente, o autor parte de uma maneira que não evidencia o alcance teórico necessário para uma adequada construção científica.

---

<sup>1</sup> O autor utiliza a terminologia “cidades médias” justamente por dar uma importância considerável a sua dinâmica intra-urbana. Veremos, ao longo dessa seção, que a composição intra-urbana das cidades deve ser tomada como consequência de sua importância em determinada rede urbana. Tratar desses aspectos aprioristicamente é algo tautológico que se distancia de uma análise conceitual e categórica.



Porém, o mais importante da discussão colocada por Corrêa (2007) é, justamente, mostrar a complexidade de um tema que envolve a necessidade de pressupostos espaciais e temporais para seu desenvolvimento. Sposito et al. (2007), partindo da sintetização de pesquisas já em andamento pelas autoras, tentam criar um caminho de reflexões e questionamentos por meio dos fenômenos urbanos relacionados às cidades intermediárias de forma a tornar mais robustas as agendas de pesquisas.

Tanto em Corrêa (2007) quanto em Sposito et al. (2007) fica evidente que tão somente justapor conceitos, categorias, parâmetros e análises não são suficientes para avançarmos teoricamente no assunto. Nesse mesmo sentido, ao analisarmos a proposta conceitual de Elias (2011) e (2017) em torno do que a autora chama de Regiões Produtivas Agrícola [ou do Agronegócio] (RPA) nos deparamos não só com frágeis determinações concretas sobre o assunto<sup>2</sup> como também com uma tentativa de criar uma tipologia regional reificada. O uso da incorporação técnica da produção capitalista em determinado espaço de acumulação nada mais é que sua caracterização sem considerar as manifestações essenciais das relações de produção específicas deste espaço.

Parece que este tipo de caracterização tão somente pelas formas técnicas de transformação territorial algo semelhante ao paradigma neo-schumpeteriano, típico na literatura econômica atual, mas que, no caso de Elias (2007) e (2011), toma como referência textos de Milton Santos. Mais uma vez a tentativa de elaboração conceitual torna-se algo meramente tipológico e adjetivo. Isso fica evidente nestes textos quando a autora cita exemplo de cidades como Mossoró-RN, Juazeiro-BA e Petrolina-PE, onde há relevantes produções no campo vinculadas à fruticultura, mas que não compõem um outro processo mais amplo de incorporação de novos espaços de produção como é o caso da fronteira agromineral brasileira. Neste caso, que a autora evidencia uma série de RPAs vinculadas a “cidades médias”, numa região que, como colocado aqui, tem uma dinâmica espacial de acumulação capitalista e de integração com os mercados globais bastante distintas das regiões no entorno daquelas cidades nordestinas.

Tentaremos, a seguir, propor um caminho que passa por categorias e conceitos do marxismo como forma de evidenciar nossa proposta de estudos sobre cidades intermediárias. De antemão já anunciamos que os parágrafos a seguir se ocuparão da função das cidades numa determinada rede urbana, a partir de conceitos e categorias marxistas. Logo, consideramos que, apesar de um grande número de importantes estudos

---

<sup>2</sup> Na maioria das vezes essas determinações ou características são tipicamente generalizadas na produção capitalista.



de casos sobre as mais variadas formas e dinâmicas do intra-urbano das cidades, vemos nestas mesmas características intra-urbanas mais uma manifestação da divisão social do trabalho no espaço regional e nacional que um pressuposto categórico que nos levasse a conclusões teóricas sobre as cidades intermediárias.

A primeira consideração que se deve fazer em nossos estudos socioeconômicos sobre a América Latina é que há duas condições distintas de inserção na economia capitalista mundial: como um país central e como um país periférico. Nos termos da tese de Gunder Frank (1969) sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” não restam dúvidas que os países da América Latina são economias dependentes em que a inserção nos mercados internacionais é passa pelo controle dos grandes oligopólios internacionais e que suas relações geopolíticas são, em geral, de subordinação e de ingerência dos impérios, resultando numa dinâmica de economia periférica e na impossibilidade de suas elites em promoverem saídas soberanas.

Espacialmente, tais condições revelam a forma distinta de reprodução do capital nos países latino-americanos, onde a dinâmica de reprodução e circulação do capital no espaço dependente o torna mais alheio às formas clássicas de desenvolvimento capitalista verificadas nos países centrais. Davidovich e Fredrich (1988, p. 19) nos dão uma boa mostra de como

Via de regra, a metropolização não se constituiu em elemento de articulação econômica do espaço ou de integração de uma rede urbana nacional, a exemplo do que ocorreu em países desenvolvidos. Esse nível de generalização não pode ser aplicado ao Brasil como um todo, já que nas regiões de economia mais avançada as relações entre metrópoles e centros urbanos de hierarquia inferior são relativamente mais articuladas. [N]o Estado de São Paulo, aglomerações urbanas abaixo do nível metropolitano demonstraram melhor posição em alguns indicadores sócio-econômicos do que a própria metrópole. Mas em nosso País deve também ser levada em conta a presença de regiões com baixa densidade demográfica e econômica, desprovidas de recursos urbanos expressivos. Tornam-se, assim, evidentes as “distorções” de uma chamada “rede urbana nacional”.

É elementar que o capitalismo na América Latina se constitui em outras condições ante aquelas verificadas nos países centrais. Davidovich e Fredrich (1988) nos dão uma das dimensões espaciais disso. É evidente que o sentido da homogeneização das relações de produção e das forças produtivas no capitalismo dependente é muito mais problemático. Não porque não há mecanismos de generalização por aqui, mas justamente



porque em países como o nosso o capitalismo se apresenta radicalizando estes processos (MARINI, 1991).

Por isso mesmo que, apesar de estarmos diante de um mesmo modo de produção, somos inseridos de maneira distinta quanto ao padrão de reprodução do capital (OSÓRIO, 2014b). Os termos em que opera a reprodução do capital na América Latina são distintos que nas economias centrais e também em economias dependentes de outras regiões. De fato, desde a década de 1980, e mais intensivamente a partir dos anos 2000, o padrão de reprodução do capital aqui é o padrão exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2014b). Diante deste padrão, toda a política econômica e o ordenamento produtivo são organizados no sentido de garantirem a maior quantidade possível de excedente nos termos deste mesmo padrão.

Como consequência, assistimos, nos últimos anos, a uma crescente incorporação de infraestrutura básica para atender regiões produtoras de commodities no Brasil, por exemplo. É por isso, também, que por mais que tenha havido generalização de políticas sociais e tentativas de promoção de projetos soberanos em alguns países latino-americanos (como o caso das repúblicas bolivarianas), tais políticas sociais não superaram seus expedientes liberais e tais políticas mais soberanas tiveram pouco fôlego após a baixa dos preços das commodities no mercado mundial a partir de 2014 (DELGADO, 2016).

Dentro deste padrão de reprodução do capital, os espaços de reprodução do capital são moldados dentro de uma vinculação direta à economia exportadora de commodities. No caso da dinâmica das redes urbanas regionais e da rede urbana nacional, não há um processo de total reestruturação. Em alguns casos, redes urbanas regionais antes inseridas num contexto de industrialização passam a incorporar os elementos dinamizadores levados adiante pela economia agromineral de exportação.

Portanto, ao mesmo tempo em que essas categorias generalizam algumas características da reprodução do capital na América Latina elas também nos diferenciam tanto das economias centrais quanto internamente. Entre os diversos países e regiões que compõem nosso continente, há processos específicos nos espaços de acumulação. Porém, relativizar estes processos vai na contramão de uma abordagem propriamente científica. Tornar cada estudo de caso como algo a ser diferenciado dos demais casos em nada ajuda a entender a essência dos fenômenos estudados.

Ante a introdução do conceito de padrão de reprodução do capital, ainda nos permanece uma lacuna a ser superada em nossos estudos. Por tratarmos basicamente de



estudos espaciais, o desenvolvimento capitalista em determinada região e nação deve ser observado nos termos de seu desenvolvimento histórico. Ou seja, se apropriar do conceito de formação socioespacial é essencial para entendermos nosso papel na divisão internacional do trabalho e suas consequências sobre o espaço de acumulação que, neste caso, trata-se de economias dependentes.

Vejamos o conceito de formação sócioespacial dependente, e como este é determinante para prosseguirmos em nossas análises. Segundo Aruto (2015, p. 69):

Assim, a FSP [Formação socioespacial] dependente é um conceito que procura captar as formas de manifestações, pelo espaço, da produção social nos países dependentes. É, apenas, mais um conceito dentro da teoria marxista e que dela não pode se dissociar. É isso que escapa às abordagens usuais da FSP que, inevitavelmente recaem, em que pese a qualidade dos estudos, em insuficiências metodológicas, como é o caso de Endlich (2007) e Pereira (2003). A origem dessa insuficiência está na utilização da FSP apenas de forma unidimensional, ou seja, restrita ao princípio de que o espaço condiciona e é condicionado dos processos sociais, sem incorporar o espaço num método de investigação social totalizante, que é o marxismo e sua centralidade no trabalho.

Dito isto, não podemos dissociar nossos estudos espaciais das consequências que o desenvolvimento de um capitalismo periférico impõe à América Latina. Logo, a divisão internacional do trabalho deve ser sempre levada em consideração, inclusive para não cairmos na insuficiência citada por Aruto (2015). Sem evidenciar a divisão internacional do trabalho e suas consequências em determinado período histórico do capitalismo, podemos incorrer no erro de encontrar distintas formações socioespaciais onde na verdade só existe uma: a FSP dependente, onde a centralidade está no desenvolvimento das várias manifestações generalizadas da superexploração da força de trabalho. Mais uma vez nosso objetivo é alcançar as generalizações de nossa formação dependente justamente para tornar nossos estudos, mesmo que estudo de caso, mais coerentes. Somente por meio da divisão do trabalho que podemos analisar as hierarquias urbanas regionais e nacional de forma que façamos adequadas diferenciações em torno dos tipos de cidades intermediárias que surgem nos países latino-americanos.

A diversidade da estrutura urbana latino-americana cria a aparência de que é impossível estabelecer condições gerais para seu dinamismo. No caso das cidades intermediárias é latente seus diferenciais de estrutura e inserção nas hierarquias urbanas de acordo com as regiões a que pertencem. Por isso, ao tratarmos de cidades, independentemente de seu tamanho, devemos sempre considerar seu papel na divisão do



trabalho na região e no país, e como a dinâmica geral deste mesmo país a condiciona na economia mundial. Só podemos analisar as cidades intermediárias da fronteira do capital nos termos de sua inserção produtiva. Como primeira caracterização podemos citar que essas cidades são as formas atuais de ligação entre a economia primária e semimanufaturada daquela região com os mercados nacionais e internacionais.

As cidades intermediárias da fronteira do capital elevam sua centralidade ante o contexto econômico nacional justamente no momento que a inserção da economia brasileira nos mercados externos deixa de lado a consolidação de uma integração nacional via industrialização para uma economia pautada nas exportações de commodities. Ou seja, uma centralidade montada em torno do aprofundamento de nossa subordinação aos interesses distantes. Ainda que este fenômeno tenha pouco mais de três décadas, o Efeito China sobre os preços dessas mercadorias exportadas acelera a modernização das cadeias de geração de valor, e a infraestrutura em torno delas, em meio aos processos de reestruturação produtiva e financeira estabelecidos pelo que ficou conhecido como período neoliberal. O fortalecimento das cidades intermediárias da fronteira e sua diversificação na comercialização de bens e serviços advém dessas alterações.

Dadas essas condições, formas concretas são reveladas quando caracterizamos a reprodução do capital em determinado espaço de reprodução: custo da força de trabalho, intensificação das jornadas de trabalho, apropriação de fundos públicos, concentração fundiária, modernização reflexa etc. Como pressupostos para a manutenção do caráter dependente e subdesenvolvido de nossa economia, a ampliação da centralidade das cidades intermediárias da fronteira do capital só ocorre quando, objetivamente, tais formas transformam a economia agromineral modernizada no setor mais dinâmico da economia nacional.

Mesmo que a América Latina se diferencie historicamente por seu padrão de reprodução do capital, há sempre um eixo dinâmico que associa sua economia com o capitalismo mundial. No período de inserção dependente dessas economias assistimos a um período primário exportador, de industrialização de dependente para depois chegarmos, a partir dos anos de 1980 ao padrão exportador de especialização produtiva. Lembremo-nos, no caso do Brasil, do complexo cafeeiro, da borracha, do período de industrialização tardia e, a partir da década de 1980, da rearticulação em torno de uma economia voltada para exportação de commodities.

Para evidenciar melhor o caráter dependente da dinâmica recente, devemos considerar a falsa superação desta condição pela modernização da estrutura produtiva. As



idades intermediárias da fronteira agromineral assistiram a um processo de diversificação do terceiro setor justamente para atender essa modernização. Grande parte do comércio e serviços nessas cidades são diretamente ligados à produção agromineral moderna. Essa diversificação leva a um processo de mudanças na hierarquia urbana das regiões que compõem a fronteira agromineral, onde as metrópoles, externas a esta organização direta das redes urbanas regionais, são cada vez menos centrais para a produção na fronteira.

Como, de fato, a modernização não é condição para superação do caráter dependente desta economia, as cidades intermediárias da fronteira agromineral irão internalizar essa modernização repetindo os mecanismos de subordinação. Como loci da integração da produção regional com os mercados externos à região, estas cidades intermediárias são essenciais na perpetuação desses interesses. A modernização representa mais uma atualização nos termos do padrão exportador de especialização produtiva que algo externo à reprodução da economia dependente. É revelador que a apropriação de novas técnicas e tecnologias produtivas ocorra, no Brasil, de maneira mais intensificada justamente na economia exportadora de commodities.

De forma geral, evidenciamos que somos incapazes de estabelecermos um conceito de cidade intermediária que busque alcançar todas as suas diferentes formas verificadas nas economias latino-americanas. Somente quando introduzimos nas análises conceitos e categorias mais abstratas (subdesenvolvimento, dependência e hierarquia urbana), que alcançamos o papel exercido por essas cidades em diferentes espaços e contextos de produção capitalista na América Latina. Enquanto que a cidade intermediária da fronteira agromineral do Brasil é a atual forma de expansão urbana da economia exportadora de commodities, cidades intermediárias nas regiões metropolitanas servem como dormitórios para os trabalhadores de suas principais cidades, por exemplo. Noutro contexto, uma cidade intermediária pode servir aos fluxos de entrada e saída de pessoas e mercadorias em zonas fronteiriças entre países sem, contudo, apresentar alguma importante forma de geração de valor que a torne central por esta via. Ou seja, a função que a cidade intermediária irá apresentar está relacionada à seu papel na hierarquia urbana da rede urbana nacional/regional a qual está inserida.

## 2. ENTRE A CENTRALIDADE REGIONAL E A URBANIZAÇÃO REFLEXA: AS CIDADES INTERMEDIÁRIAS NA REDE URBANA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA



Se tem um fenômeno que fez os estudos espaciais ampliarem seu foco sobre as cidades intermediárias, este foi o avanço da fronteira agromineral nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 2000. O aumento de preços das commodities, influenciados pela demanda da economia chinesa, intensificou um fenômeno deste avanço sobre o território nacional que ocorre desde o início da modernização agrícola nos anos de 1970: a modernização agrícola cuja integração com a economia dá-se por meio de um conteúdo urbano.

A organização regional da agroindústria exportadora nas regiões Centro-Oeste, partes meridional e oriental da região Norte e cerrados do Nordeste transformam uma rede urbana antes bastante esparsa e fragmentada numa rede urbana mais dinâmica, apesar de ainda um tanto esparsa, onde a concentração populacional e a oferta de bens e serviços ocorrem justamente nestas cidades intermediárias.

As cidades intermediárias, neste recente avanço da fronteira agromineral, possuem uma importância maior para rede urbana justamente pelas maiores distâncias das metrópoles. A diferenciação que estas cidades intermediárias adquiriram nos últimos anos para atender a produção regional reduziu a capacidade de centralização das metrópoles regionais nestas redes urbanas. De tal forma, que a própria regionalização destes espaços foi alterada. Mas, como ressaltamos anteriormente, esta diversificação urbana não se explica per si. A questão de fundo está relacionada à geração de excedente suficiente para ampliar a centralidade destas cidades na região. Ou seja, é a expressão concreta da reprodução do capital na região que explica tal diversificação para atender todos os departamentos da economia (bens de produção, bens de consumo dos capitalistas – ou das elites, de forma mais generalizada – bens de consumo dos trabalhadores).

E como a base produtiva foi ampliada? Justamente o atual padrão de reprodução do capital que permitiu a intensificação desta base produtiva pelos cerrados brasileiros e suas adjacências. Segundo dados de exportação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, os produtos exportados em 2015 pelos estados de Rondônia (RO), Pará (PA), Tocantins (TO), Maranhão (MA), Piauí (PI), Bahia (BA), Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Goiás (GO) são basicamente vinculados ao setor primário, à indústria extrativa mineral e à agroindústria. Por capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), estes são os principais produtos exportados por estes estados:



Tabela 01. Principais produtos exportados segundo capítulo da NCM – RO, PA, TO, MA, PI, BA, MS, MT, GO - 2015

---

Algodão  
Alumínio e suas obras  
Carnes e miudezas, comestíveis  
Cereais  
Cobre e suas obras  
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais  
Minérios, escórias e cinzas  
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas).  
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos  
Produtos químicos orgânicos  
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais  
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens  
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços, AliceWeb. Elaboração própria do autor.

Na tabela 02 podemos perceber que estes produtos presentes nos capítulos acima descritos representaram mais de 80% do total exportado por estes estados em 2015. Nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Bahia, esta produção agromineral é especialmente mais concentrada, em relação à maior generalização da ocupação agromineral verificada nos demais estados aqui descritos. Isto se explica pelo avanço mais consolidado da fronteira agromineral nos estados do Centro-oeste. Por outro lado, apesar de não ocorrer de maneira linear, o avanço da fronteira agromineral nos demais estados aqui citados ainda ocorre em menor grau de generalização do uso do território.

Ainda sobre a tabela 02 e permanecendo com este recorte espacial que privilegia as regiões onde avança a chamada fronteira agromineral brasileira, nota-se que é realmente heterogênea a ocupação territorial pela base produtiva. Alguns estados se destacam em meio aos estados da fronteira agromineral em termos de valor exportado. E, ainda, destacam-se por diferentes produtos exportados. Enquanto Mato Grosso exporta prioritariamente soja, o estado do Pará dispõe dos minérios como principais produtos exportados. Já o estado do Piauí, incluído recentemente na chamada última fronteira agrícola do mundo (GOMES Jr., 2016), apresenta um valor exportado em 2015 bastante inferior aos estados aqui comparados. Isso se explica justamente pela menor utilização do território deste estado na produção de *commodities*.



Tabela 02. Total exportado pelos estados e participação dos produtos presentes na tabela 01 em relação ao total exportado dos estados – RO, PA, TO, MA, PI, BA, MS, MT, TO - 2015

|                    | Total exportado (US\$) | Total exportado dos produtos do quadro 01 (US\$) | Participação dos produtos do quadro 01 no total exportado dos estados |
|--------------------|------------------------|--|---|
| Bahia              | 7.883.181.210          | 4.966.431.775                                    | 63,00%  |
| Goiás              | 5.878.262.696          | 4.153.720.048                                    | 70,66%  |
| Maranhão           | 3.050.173.358          | 2.672.108.864                                    | 87,61%  |
| Mato Grosso        | 13.070.913.320         | 12.365.990.457                                   | 94,61%  |
| Mato Grosso do Sul | 4.735.117.462          | 4.104.006.602                                    | 86,67%  |
| Pará               | 10.272.495.107         | 8.741.790.904                                    | 85,10%  |
| Piauí              | 402.206.581            | 336.530.689                                      | 83,67%  |
| Rondônia           | 982.516.401            | 885.694.578                                      | 90,15%  |
| Tocantins          | 901.811.386            | 879.651.673                                      | 97,54%  |
| Total Geral        | 47176677521            | 39105925590                                      | 82,89%  |

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços, AliceWeb. Elaboração própria do autor.

Listamos abaixo alguns municípios destes estados citados na tabela 03. Estes municípios são conhecidos por suas respectivas centralidades em torno das redes urbanas regionais que estão inseridos. Percebamos a importância que estes municípios têm do ponto de vista produtivo para a região. É justamente esta importância, historicamente dada, que garantem a centralidade urbana destes municípios. Somente esta seleção de municípios representou 33,25% do total exportado pelos estados da tabela 02 no ano de 2015.

Tabela 03. Exemplos de municípios com elevadas participações regionais nas exportações – 2015.

| Municípios                | Valor Exportado (US\$) |
|---------------------------|------------------------|
| Parauapebas-PA            | 4004559428             |
| Sorriso-MT                | 1354919132             |
| Rondonopolis-MT           | 1283180629             |
| Tres Lagoas-MS            | 1131570212             |
| Marabá-PA                 | 1111983517             |
| Luis Eduardo Magalhães-BA | 848502500              |
| Imperatriz-MA             | 722277978              |
| Primavera do Leste-MT     | 702146984              |
| Balsas-MA                 | 492329993              |
| Lucas do Rio Verde-MT     | 481239124              |
| Sinop-MT                  | 471930761              |
| Rio Verde-GO              | 469017604              |
| Açailândia-MA             | 305566123              |
| Barreiras-BA              | 287648691              |



Araguaína-TO

111046968

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços, AliceWeb. Elaboração própria do autor.

Outra questão fundamental diz respeito à incorporação de oferta de bens e serviços para atender para além dos limites da economia do município. A cidade intermediária obtém sua centralidade regional justamente pelo atendimento das demandas produtivas e de consumo das elites e da população regional. Vários municípios tem uma elevada participação no valor exportado de determinado estado da fronteira agromineral, mas que só tem seu consumo produtivo garantido pela proximidade de alguma cidade intermediária. Citamos como exemplo, o caso de Campos Lindos-TO, município que mais exportou soja nos últimos anos em todo o estado do Tocantins. Tem uma população de menos de 10 mil habitantes e depende da oferta de bens e serviços de Araguaína-TO, cidade intermediária mais próxima (GOMES Jr., 2015).

É emblemático como a formação desta rede urbana da fronteira agromineral, nas condições que ela existe atualmente, tem total vinculação com o atual padrão de reprodução do capital. O padrão exportador de especialização produtiva substitui um período de ordenamento territorial calcado pela industrialização do sudeste do país. Como consequência, a rede urbana nacional, antes voltada para aquele padrão industrial, é fragilizada em termos da consolidação de um sistema nacional industrializado de reprodução do capital.

Por outro lado, para além das funções que este padrão de reprodução do capital exige do espaço nacional e regional, as cidades intermediárias da fronteira agromineral cumprem seu papel de elo entre os loci de geração de valor e os mercados mundiais. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em 2015, havia 47 sedes e/ou filiais de empresas naqueles estados da tabela 02 que exportaram acima de US\$ 100 milhões ao longo daquele ano. Destas empresas, somente 14 são LTDAs, as demais são sociedades anônimas<sup>3</sup>. Pelo montante exportado, é obvio que estas empresas não são locais. Mais importante ainda é perceber que por serem sociedades anônimas, boa parte delas estão vinculadas às cadeias financeiras nacionais e globais.

A participação de filiais de grandes corporações nacionais e internacionais é considerável. Para citar somente algumas, encontramos as seguintes: ADM do Brasil

---

<sup>3</sup> Ver Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Empresas brasileiras exportadoras e importadoras. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=884>>. Acesso em: out/2016.



S.A.; AMAGGI Exportação e Importação LTDA; Brasken S.A.; Cargill S.A.; Marfrig S.A.; Minerva S.A.; Bunge Alimentos S.A.; Vale S.A.; Petrobrás S.A. etc<sup>4</sup>. É também relevante observar estas informações justamente para verificar o grau de concentração da produção regional em poucas empresas. Enquanto isso, estas empresas aparecem em várias localidades destes estados, promovendo uma incorporação de todo o espaço regional em torno das várias cadeias produtivas controladas por elas.

Ao final deste artigo, listamos no quadro 01 em anexo as sedes e filiais de empresas, pertencentes aos estados da tabela 02, que exportaram mais de US\$ 100 milhões no ano de 2015. Consta-se que grande fatia dessas exportações parte de municípios cujas sedes podem ser classificadas como cidades intermediárias, incluindo todas aquelas listadas na tabela 03. Não excluimos nenhum município exportador pertencente a estes estados para mostrar, justamente, como a produção no recorte da chamada região de fronteira agromineral é relevante. É importante destacar, também, que há mais uma série de empresas que exportaram valores menores a US\$ 100 milhões que não estão aqui listadas, mas que têm importância considerável na dinâmica capitalista regional.

Mesmo que possamos identificar elites regionais e locais controlando parte do aparato produtivo da região, seus vínculos à economia mundial ocorrem de uma maneira em que as decisões vinculadas aos processos produtivos ocorram atendendo aos circuitos gerais de geração de valor. Podemos então afirmar que a subordinação é condição necessária para uma cidade intermediária exercer sua centralidade sobre suas regiões.

Surgem cidades intermediárias como portadores das maiores centralidades nas áreas não-metropolitanas, como a fronteira agromineral, justamente por não haver mais necessidade de um grande centro irradiador de processos produtivos como ocorrera no padrão anterior de reprodução do capital, onde a indústria promovia os nexos entre as regiões do país. As cidades intermediárias, neste caso, são o sintoma da fragmentação destes nexos de integração territorial via indústria presentes no período anterior.

Isso ocorre de tal forma que mesmo esta centralidade das cidades intermediárias da fronteira é limitada. Um bom exemplo disso são os fluxos migratórios dos anos recentes rumo a algumas cidades intermediárias que, em geral, ocorrem dentro da própria região de influência. Gomes Jr. (2015) mostrou que nos casos de Marabá-PA, Imperatriz-MA e Araguaína-TO, o crescimento da população urbana ocorre justamente pela

---

<sup>4</sup> Ibid.



incorporação da população de cidades locais próximas destas cidades intermediárias, gerando uma urbanização ao mesmo tempo esparsa sobre o território, mas também concentrada nas maiores cidades da região.

Aqui entra um importante aspecto dessas cidades intermediárias da fronteira agromineral: são cidades reflexas não só aos ordenamentos básicos da economia capitalista, posto que todas as cidades o são. As cidades intermediárias são também reflexas ante as próprias redes urbanas regionais que pertencem e à rede urbana nacional.

Dentro de suas redes urbanas regionais, nenhuma cidade intermediária é capaz de ocupar de forma absoluta o topo da hierarquia urbana. No máximo conseguem ocupar o maior patamar hierárquico em suas redes de relações imediatas<sup>5</sup>. De resto, suas dinâmicas são levadas pelo ordenamento espacial ancorado em tantas outras cidades intermediárias de igual importância na região.

São também reflexas ante a rede urbana nacional justamente por não internalizarem processos produtivos robustos, deversificados e generalizados. A especialização imposta nas regiões de expansão da fronteira agropecuária é a regra. A solidez das cidades intermediárias da fronteira frente aos movimentos mais gerais da acumulação capitalista é bastante fragilizada. Não fosse assim, estas cidades não garantiriam esta formação singular observada nas redes urbanas estritamente vinculadas ao avanço da fronteira agromineral.

Portanto, apesar da centralidade regional adquirida por estas cidades intermediárias, a própria base produtiva que as tornaram centrais para a reprodução do capital exige que suas dinâmicas sejam voltadas para fora. A especialização produtiva divide estes espaços de acumulação por tipo de produto exportado e pelo vínculo de cada um destes espaços de acumulação dentro de uma cadeia produtiva. O termo urbanização reflexa vem no sentido de explicar que a modernização produtiva e destes espaços urbanos ocorrem nos termos de nossa inserção subordinada, e que não tem condições de ser de outra maneira dentro deste padrão de reprodução do capital (GOMES Jr., 2016). Não há base produtiva e material suficientes para regiões como estas onde avança a fronteira agromineral no Brasil superarem a especialização produtiva sobre o espaço.

---

<sup>5</sup> É o que Elias (2011) e (2017) chama de Regiões Produtivas Agrícola [ou do Agronegócio] (RPA), mas de maneira reificada pela incorporação tecnológica e sem atentar para essa composição da hierarquia urbana regional para além da própria RPA.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou deixar evidente que sem uma construção teórica e metodológica adequadas tornam-se mais complexos nossos estudos sobre as cidades intermediárias. Ou seja, se não partirmos das formas gerais de reprodução do capital, não conseguiremos nos apropriar de maneira correta das especificidades que as cidades intermediárias adquirem nas regiões que pertencem.

Mostramos, a partir disso, como as cidades intermediárias da chamada fronteira agromineral têm suas centralidades garantidas justamente pelas condições estabelecidas pelo atual padrão de reprodução do capital da América Latina: o padrão exportador de especialização produtiva, vigente desde os anos de 1980.

Percebemos que aquelas regiões tomadas como periféricas no padrão de reprodução do capital anterior, mais vinculado a uma urbanização nacionalmente integrada pela indústria, passam a ter um protagonismo maior em relação às regiões centrais do Brasil. É nítido que ainda há fortes diferenciais econômicos entre as regiões do país, porém, as forças produtivas e as relações de produção tendem a se generalizar, atualmente, por meio da especialização espacial das pautas exportadoras. Portanto, sem garantir processos mais nítidos de integração nacional.

A dinamização econômica da região de fronteira agromineral atesta o sentido contemporâneo da dependência nas economias latino-americanas. Independente do caráter modernizante das cadeias produtivas ali presentes, é patente que a inserção destas economias regionais no circuito geral de reprodução do capital ocorre de maneira subordinada.

Assim, é impossível dissociar a manifestação das formas dependentes dessas economias de suas consequências espaciais. Ainda que as cidades intermediárias sejam protagonistas regionais do desenvolvimento das forças produtivas sob a égide no atual padrão de reprodução do capital, suas centralidades são reflexas, destinadas a atender interesses distantes, mantendo a forma estrutural de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Ainda há muito mais a avançar quanto ao estudo das relações de produção nestes espaços. Mas, de antemão, partimos da hipótese de que ante a formação sócioespacial dependente, a regra é a permanência da superexploração da força de trabalho com mecanismo central destas economias.



## REFERÊNCIAS

ARUTO, P. C. *A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica*. 2015. 119 p. Dissertação (mestrado) - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, SP.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: SP, Ed. UNICAMP, 2007.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In SPOSITO, M. E. B. (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

DAVIDOVICH, F. R. e FREDRICH, O. M. B. de L. Urbanização no Brasil. In IBGE. *Brasil: uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE, 1995.

DELGADO, G. Mercadorização, Concentração e Internacionalização: o movimento do mercado de terras. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição 105, abr. 2016. p. 11-12.

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 13, p. 153-170, 2011.

\_\_\_\_\_. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17, 2017, São Paulo. *Anais do XVII Encontro Nacional da Anpur*. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-16.

ENDLICH, A. M. Formação socioespacial na região noroeste do Paraná e as pequenas cidades. *Boletim de Geografia*. Maringá, v. 25, n. 1, p. 37-58, 2007.

GOMES JR, E. *Fronteira e reestruturação produtiva na Amazônia brasileira (2003-2013): um estudo sobre a mudança na hierarquia urbana do município de Araguaína (TO) na Amazônia oriental*. Dissertação (mestrado). Campinas-SP [s.n.], 2015.

\_\_\_\_\_. Aspectos da agricultura subdesenvolvida como crítica à tese da última fronteira agrícola: estudo sobre o Matopiba. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 2, n. 2, p. 351-371, 2016.

GUNDER FRANK, A. Desenvolvimento do subdesenvolvimento. In.: PEREIRA, L. **Desenvolvimento e urbanização**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1969. 199p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D9635.dir/eje1-1.pdf>

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependência*. 11ª reimpressão. México, Ediciones Era, 1991.

NASCIMENTO, H. M.; GOMES JÚNIOR, E. Urbanização reflexa: a emergência de arranjos urbanos intermediários no Brasil pós-1990. *EURE-REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES*, v. 43, p. 207-234, 2017.



OSÓRIO URBINA, J. S. *El Estado en el centro de la mundialización: La sociedad civil y el problema del poder*. 2. ed., México, Fondo de Cultura Económica, 2014a.

\_\_\_\_\_. *La noción de patrón de reproducción del capital*. In: *CEO*, ano 1, n. 1, out. 2014b.

PEREIRA, R. M. F. do A. Formação sócio-espacial no litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *Geosul*, n. 25, p. 99-129, 2003.

SPOSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileira: uma proposta metodológica. In SPOSITO, M. E. B. (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

**ANEXOS**

Quadro 01. Sedes e filiais de empresas exportadoras por municípios dos estados de Rondônia, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – empresas cujo valor exportado foi acima de US\$ 100 milhões em 2015

| MUNICÍPIO              | UF | EMPRESA                                   |
|------------------------|----|---|
| ABAETETUBA             | PA | MINERVA S.A.                              |
| ACAILANDIA             | MA | COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE     |
| ALTO HORIZONTE         | GO | MINERACAO MARACA INDUSTRIA E COMERCIO S/A |
| ANAPOLIS               | GO | GRANOL INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO SA |
| ARAGUAINA              | TO | MINERVA S.A.                              |
| BARCARENA              | PA | ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A            |
| BARCARENA              | PA | ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A   |
| BARCARENA              | PA | IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.              |
| BARRA DO GARCAS        | MT | JBS S/A                                   |
| BARREIRAS              | BA | CARGILL AGRICOLA S A                      |
| BARRO ALTO             | GO | ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA         |
| BATAGUASSU             | MS | MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.                 |
| CACHOEIRA              | BA | MASTROTTO BRASIL S/A                      |
| CAMACARI               | BA | BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA              |
| CAMACARI               | BA | BRASKEM S/A                               |
| CAMACARI               | BA | FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA            |
| CAMPO NOVO DO PARECIS  | MT | AGROPECUARIA MAGGI LTDA                   |
| CANAA DOS CARAJAS      | PA | VALE S.A.                                 |
| CHAPADAO DO SUL        | MS | ADM DO BRASIL LTDA                        |
| CRIXAS                 | GO | MINERACAO SERRA GRANDE S A                |
| CUIABA                 | MT | AFG BRASIL S/A                            |
| CUIABA                 | MT | CGG TRADING S.A                           |
| DIAMANTINO             | MT | AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA       |
| DIAMANTINO             | MT | BUNGE ALIMENTOS S/A                       |
| DIAS D'AVILA           | BA | PARANAPANEMA S/A                          |
| DOURADOS               | MS | BUNGE ALIMENTOS S/A                       |
| EUNAPOLIS              | BA | VERACEL CELULOSE S.A.                     |
| FEIRA DE SANTANA       | BA | PIRELLI PNEUS LTDA.                       |
| ILHEUS                 | BA | CARGILL AGRICOLA S A                      |
| IMPERATRIZ             | MA | SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.              |
| ITUMBIARA              | GO | CARAMURU ALIMENTOS S/A.                   |
| ITUMBIARA              | GO | JBS S/A                                   |
| JACOBINA               | BA | JACOBINA MINERACAO E COMERCIO LTDA        |
| LUCAS DO RIO VERDE     | MT | AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA       |
| LUIS EDUARDO MAGALHAES | BA | ADM DO BRASIL LTDA                        |
| LUIS EDUARDO MAGALHAES | BA | BUNGE ALIMENTOS S/A                       |
| LUIS EDUARDO MAGALHAES | BA | MULTIGRAIN S.A.                           |
| LUZIANIA               | GO | BUNGE ALIMENTOS S/A                       |
| MARABA                 | PA | SALOBO METAIS S/A                         |
| MATUPA                 | MT | BUNGE ALIMENTOS S/A                       |
| MOZARLANDIA            | GO | JBS S/A                                   |
| MUCURI                 | BA | SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.              |



|                        |    |   |
|------------------------|----|---|
| NOVA MUTUM             | MT | BUNGE ALIMENTOS S/A                           |
| NOVA MUTUM             | MT | CERVEJARIA PETROPOLIS S/A                     |
| ORIXIMINA              | PA | MINERACAO RIO DO NORTE SA                     |
| OURILANDIA DO NORTE    | PA | VALE S.A.                                     |
| OUVIDOR                | GO | ANGLO AMERICAN NIOBIO BRASIL LTDA             |
| PALMEIRAS DE GOIAS     | GO | MINERVA S.A.                                  |
| PARAGOMINAS            | PA | BUNGE ALIMENTOS S/A                           |
| PARAUAPEBAS            | PA | VALE S.A.                                     |
| PRIMAVERA DO LESTE     | MT | BUNGE ALIMENTOS S/A                           |
| QUERENCIA              | MT | SEMENTES SELECTA S/A                          |
| QUIRINOPOLIS           | GO | SJC BIOENERGIA LTDA                           |
| RIO VERDE              | GO | CARGILL AGRICOLA S A                          |
| RONDONOPOLIS           | MT | ADM DO BRASIL LTDA                            |
| RONDONOPOLIS           | MT | BUNGE ALIMENTOS S/A                           |
| RONDONOPOLIS           | MT | NOBLE BRASIL S.A.                             |
| SAO FRANCISCO DO CONDE | BA | PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS             |
| SAO LUIS               | MA | ALCOA ALUMINIO S/A                            |
| SAO LUIS               | MA | ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA               |
| SAO LUIS               | MA | SOUTH32 MINERALS SA                           |
| SAO SIMAO              | GO | CARAMURU ALIMENTOS S/A.                       |
| SAPEZAL                | MT | CARGILL AGRICOLA S A                          |
| SINOP                  | MT | AMAGGI EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA           |
| SINOP                  | MT | BUNGE ALIMENTOS S/A                           |
| SINOP                  | MT | CARGILL AGRICOLA S A                          |
| SORRISO                | MT | MULTIGRAIN S.A.                               |
| SORRISO                | MT | NIDERA SEMENTES LTDA.                         |
| TRES LAGOAS            | MS | ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A                  |
| TRES LAGOAS            | MS | FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE<br>LTDA |
| VARZEA GRANDE          | MT | MATO GROSSO BOVINOS S.A.                      |
| VILHENA                | RO | JBS S/A                                       |

---

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Empresas brasileiras exportadoras e importadoras. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=884>>. Acesso em: out/2016.